

A educomunicação socioambiental e sua legitimação na esfera pública

Patricia Zimmermann

Introdução

Este artigo apresenta um “recorte” da investigação em desenvolvimento para dissertação de mestrado, denominada: “Educomunicação Socioambiental: a mobilização cidadã no entorno da Baía da Babitonga” que será concluída no decorrer de 2019. Nossa investigação busca alinhar o marco legal Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental(ProNEA) evidenciando a aderência e persistência da abordagem comunicativa como um referencial para as políticas públicas da Educação Ambiental na atualidade. A abordagem metodológica, caracterizada como um estudo de caso, está dividida em dois momentos, sendo que o primeiro deles corresponde ao levantamento documental de orientações e textos legais pertinentes à fase de construção da PNEA. Para o desenvolvimento da investigação participante, optamos pela metodologia de pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica utilizando técnicas de coleta, tais como a observação participante e a realização

de entrevistas semiestruturadas que estão na fase de construção. Neste artigo pretendemos revisar a literatura e demonstrar a decisiva contribuição dos pressupostos educacionais para o delineamento daquelas que viriam a ser as diretrizes da PNEA.

1. A urgência para a sustentabilidade.

Embora a Terra possua uma biodiversidade inimaginável e uma incrível abundância de elementos naturais, a humanidade passa por graves problemas socioambientais. A relação entre o homem e o meio ambiente nunca esteve tão crítica. A natureza em sua maioria tem sido apropriada pelo capital, como meio de se obter lucros em determinados setores e esferas. No entanto, a visão de que a natureza deve ser dominada, superada, conquistada, nos remete a épocas bem anteriores ao próprio capitalismo moderno.

Toda a história humana diz respeito ao modo como os homens mantêm uma relação entre si e com a natureza externa a eles – o meio ambiente. Assim, ao longo da história, a raça humana vem criando diferentes modos de se relacionar com a natureza. Na Carta da Terra¹ é possível encontrar a declaração mais pertinente para nos situarmos sobre a realidade atual:

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

1 Constitui uma Carta de Princípios e Valores para uma Sociedade Sustentável. Ela representa um marco ético, que pode inspirar diversas e múltiplas iniciativas mundiais, a partir de seus diversos setores. (2000)

Os homens, acelerando o ritmo da degradação, não têm dado espaço suficiente ao tempo geológico para que a natureza possa se reabastecer. Ao devastar uma imensa floresta em apenas alguns dias, uma grande madeireira não pensa no que ocorrerá com aquele ecossistema.

Quando e como consumir produtos industrializados começou a se tornar praticamente uma imposição da sociedade e da mídia? Por que as inovações tecnológicas vêm acontecendo em um ritmo cada vez mais acelerado, a ponto de anular a capacidade de resiliência da natureza? A interferência humana nos ciclos da natureza nunca foi tão devastadora. Os elementos naturais estão escassos. A água, recurso renovável indispensável para a manutenção da vida, está faltando em grande parte do mundo; não porque falta água, mas porque a maior parte da água disponível está imprópria para o consumo. O aquecimento global nunca foi uma realidade tão assustadora. A chuva ácida, a poluição e o desmatamento nunca ameaçaram tanto a sustentabilidade no planeta quanto no início do terceiro milênio. O problema da sociedade atual é que as questões socioambientais revelam um modo de produzir em sua maioria, cada vez mais insustentável, que visa ao lucro sem medir consequências e é baseado na produção industrial ininterrupta e no consumo de massa desmedido e ultra acelerado. Guattari (2012, p. 8) contribui sobre a questão refletindo que:

O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante neste planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquinico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou a da cultura, da criação, da pesquisa, reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade?

O autor questiona se o tempo “livre” realmente vem para servir as pessoas e também faz refletir se esse tempo livre ao trabalhador realmente existe, já que, mesmo com tantos “apetrechos” nossas vidas seguem tão corridas e vazias. A

relação dos cidadãos com o meio ambiente deve ser de equilíbrio. Enquanto humanos, nossa constituição biológica é parte da energia e da matéria natural. Seja ambiente natural ou construído, toda essa dimensão, precisa de um pensamento agregado às concepções socioambientais para garantir a sustentabilidade ambiental, assegurando a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. As consequências de nossas ações sobre a natureza são cada vez mais reais. Assim Morin (2015, pag.132) elucida que:

O pensamento que nos religa ao cosmo não nos reduz ao espaço físico. É um pensamento que nos mostra nossas origens físicas e cósmicas, mas mostra, também, que somos emergências. Fazemos parte da natureza, mas estamos fora dela em uma relação dialógica. Um pensamento que religa, restabelece nossa solidariedade. Assim, nos dias atuais, a ecologia relembra nossa solidariedade vital com a natureza que degradamos.

Ou seja, cabe a nós fazermos o melhor que pudermos para reverter o quadro atual, construindo as bases de uma sociedade mais solidária e de uma relação com a natureza mais sustentável. É inconcebível querer aplicar as mesmas fórmulas do passado numa sociedade que, ao contrário, deve se reinventar conforme as demandas e subjetividades de sua época.

Neste contexto e pensando a Comunicação na Educação, somos provocados para uma reflexão a respeito de algumas possíveis soluções que devem estar alinhadas a partir das políticas públicas em Educação e sustentabilidade. A educação ambiental apresenta uma perspectiva em tal direção: a conscientização ambiental e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza, buscando alternativas possíveis para uma relação diferente de todas as anteriores: mais sustentável, equilibrada e duradoura. Neste aspecto Morin (2015 p.130) chama atenção para importância do ensino da ciência ecológica:

A ciência ecológica é exemplar para o aprendizado do conhecimento sistêmico, isso porque sua base é a noção de ecossistema, que envolve um conhecimento transdisciplinar, mobilizando conheci-

mentos da Geografia, da Geologia, do Clima, da Física, da Bacteriologia, da Botânica, da Zoologia, cada vez mais, das Ciências Humanas, uma vez que foi desde os desenvolvimentos da agricultura e, depois, dos desenvolvimentos massivos da indústria que as atividades humanas modificaram e perturbaram os ecossistemas, e mais amplamente a biosfera.

Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais de gestão ambiental, políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável é possível construir um pensamento socioambiental nos cidadãos. Desta forma Sorrentino (2005.pag.285), reflete que:

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente).

Conhecendo melhor a crise ambiental que ameaça a sobrevivência de todas as espécies vivas, inclusive a dos seres humanos, as pessoas provavelmente irão interferir de forma diferente no meio ambiente. Na Rio 92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade.

2. Os caminhos da Educação ambiental no Brasil

A Educação Ambiental surge como política pública no Brasil com o estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 1981), no contexto da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (1977) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, (Lei 9.795 / 1999). São princípios básicos da Educação Ambiental conforme o documento legítimo explicita e transcrevemos a seguir:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a

defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

A Política Nacional de Educação ambiental- PNEA, define que um de seus instrumentos de ação é o Programa Nacional de Educação Ambiental- ProNEA. É no contexto da educação ambiental que Loureiro (2004) define:

“Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção.”

No Brasil a Educação ambiental está inserida também nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e está declarada em seu Art. 2º (MEC,2013) como:

“A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e

com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.”

Desta forma verificamos que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação brasileira, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. A educação ambiental precisa ocorrer de forma transdisciplinar levando em conta o sócio e desenvolvendo a capacidade de o indivíduo discernir questões que passam pela cultura, política, saúde e todas as interfaces que compõe esse “sócio” não podendo se restringir ao ambiente como algo distanciado do outro. Nesta perspectiva que encontramos na Educomunicação, um paradigma que emerge engajado na transformação social e que considera a infância e a juventude como seu público alvo, capaz de desenvolver e ampliar as condições de expressão através de um processo educativo que leva em conta o mundo das comunicações e suas tecnologias privilegiando a construção da cidadania e o desenvolvimento da criticidade.

3. A educomunicação Socioambiental e as políticas públicas

Em 2004 ocorreu em Brasília a I Oficina de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pela DEA/MMA. As discussões e encaminhamentos desta Oficina apontaram para a construção aberta e participativa, entre governo e sociedade, de um programa de comunicação ambiental na perspectiva da Educomunicação tendo como um dos participantes o pesquisador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, NCE-USP, o professor Ismar de Oliveira Soares. Os princípios, objetivos e ações do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental correspondem, em grande parte, às recomendações do coletivo daquela oficina.

A Educomunicação foi referendada por muitos agentes culturais, sob os auspícios da Unesco, a partir dos anos 1980, para designar uma prática genericamente definida na Europa como *Media Education* (educação para a recepção crítica dos meios de comunicação) (Soares, 2011 p.33). Já nos anos 1990, a

necessidade de adaptação da escola em relação a tendência da inserção dos meios de comunicação para a condução de práticas educativas voltadas para as tecnologias, apresenta novas possibilidades por meio do rádio e da TV e, mais tarde, através da internet. O conceito da educomunicação propõe a quebra da hierarquia na distribuição do saber, justamente pelo reconhecimento de que “todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar (SOARES, 2007, p. 11)”. Esse diálogo é importante para os jovens “desinteressados” na escola que vemos descritos nos números de pesquisas² da área de educação, este mesmo jovem interessado em processos educativos que contemplam a criatividade a partir das manifestações culturais, dos meios de comunicação, que incluam todos os envolvidos de forma democrática dialogando entre si, ou seja, discutindo questões do cotidiano em que estão inseridos e que “se” reconhecem.

Estes espaços foram se constituindo, ao longo do século XX, por estudos teóricos disseminados por autores, educadores que utilizavam ou consideravam teorias e/ou instrumento comunicativo em suas práticas educacionais, podemos considerar entre eles: Celestin Freinet (1896-1966), a partir da concepção de educação como sinônimo de expressão; Paulo Freire (1925-1997), ao reafirmar a concepção da educação para os meios como atividade inerente aos programas de alfabetização e de educação popular; Martín-Barbero, com a sistematização da teoria das mediações; e Kaplún, com o conceito de comunicador educativo.

No Brasil o professor e pesquisador Ismar de Oliveira Soares desenvolveu importante pesquisa para o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE /USP) entre os anos de 1997 a 1999, em 12 países da América Latina, Espanha e Portugal. (SOARES, 2011). O resultado da pesquisa realizada

2 Segundo o Censo Escolar-2014 /2015 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC) indicou a evasão total de 12,7% e 12,1% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em 18/04/2018.

pelo NCE foi determinante: constatou-se que a relação entre Comunicação e Educação, desenvolvida até então, a educação usando as tecnologias da comunicação ou a comunicação produzindo para a educação, havia se transformado em uma coisa só, com o surgimento de uma nova prática: a educomunicação. Com os dados da pesquisa, o NCE conseguiu definir o “paradigma” da Educomunicação como sendo o que Soares (2011, p.) destacou:

“O espaço que membros da sociedade se encontram para programar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltados para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação”.

A partir daí continuaram as pesquisas e descobertas para identificar práticas e reflexões para a melhor compreensão a respeito do tema, culminando em 2011, no primeiro curso de Licenciatura em Educomunicação do Brasil, sediado até então na Escola de Comunicações e artes da Universidade de São Paulo. A educomunicação se desenvolve através de áreas específicas de atividades chamadas de áreas de intervenção entre as quais, (1) educação para a comunicação, (2) mediação tecnológica em espaços educativos, (3) expressão comunicativa através das artes, (4) pedagogia da comunicação, (5) gestão da comunicação em espaços educativos e finalmente (6) a reflexão epistemológica.

Segundo Soares (2011 p.23), “Cada uma dessas áreas tem sido tradicionalmente assumida como espaço vinculado ao domínio, quer da educação quer da comunicação”. Assim, a educomunicação ao propor uma nova forma de ensinar reconhece que todas as pessoas envolvidas em um fluxo de informação são produtoras de cultura. A práxis educacional requer a formação do profissional para atuar na mediação, na produção e no desenvolvimento de atividades e conteúdo que contribuam para a difusão de conhecimentos pela comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade nos ambientes formais e não formais de educação. Pensando a partir da implementação das políticas públicas voltadas ao Meio ambiente e para a Educação na esfera federal, Sorrentino (2005. Pág. 294), destaca que:

Nesse sentido, a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais (nos âmbitos formal e não formal da educação) e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória.

Nesta perspectiva Soares (2007 p. 11), enfatiza que:

“Para que isso ocorra, os profissionais da educomunicação trabalham com o conceito de planejamento, implementação e avaliação de projetos, desenvolvendo suas atividades assistidos por teorias da comunicação que garantam a dialogicidade dos processos comunicativos.”

Assim, SOARES (2011) reforça:

Dentre os “valores educativos” que dão suporte às “articulações” exercidas pelo profissional Educomunicador, destacam-se: a) opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem; c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social.

A Educomunicação é assegurada em políticas públicas de diversas áreas e esferas governamentais, sempre criadas a partir de iniciativas práticas, realizadas em rede e envolvendo a formação multidisciplinar de alunos, professores e comunidades locais. Embora o Ministério da Educação (MEC) ainda não tenha tirado do papel a criação de uma política nacional de conteúdos digitais para as escolas, o governo já lançou algumas iniciativas para desenvolver o ensino digital, como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). Além disso, desde 2015, incluiu a inscrição de obras multimídia no edital para os li-

vros a serem distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que a partir de 2018 incorporou um formato mais dinâmico com a oferta de material didático como obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo. (MEC, 2018).

Chamamos atenção para o que acreditamos ser a mais efetiva e importante legitimação da Educomunicação como política pública, a chamada linha de ação, do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), responsável pelas ações de comunicação para a Educação Ambiental, em atendimento à lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2008) no que diz respeito a Educomunicação, no texto que direciona as estratégias para implementação do (ProNEA), afirma que:

A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações de comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdo e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade.

Nessa perspectiva o ProNEA busca assegurar as dimensões: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.

Nesse sentido, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: (1) Transversalidade, (2) Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA, (3) Sustentabilidade e (4) Participação e controle social.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do SISNAMA, por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo.

Nesse contexto, planeja, executa e avalia políticas públicas orientadas ao enraizamento da educação ambiental para mudanças culturais em todo o país, à potencialização de atores locais como educadores ambientais e ao exercício cotidiano de coerência entre o que se propõe e o que se faz, implementando três linhas de ação: (1) Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País; (2) Formação de Educadoras e Educadores Ambientais; (3) Comunicação para Educação Ambiental.

No site do ministério do meio ambiente estão definidas as Linhas de Ação e Forma de Atuação conforme reproduzimos abaixo:

a) Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País

Essa linha de ação se propõe a apoiar o planejamento, a avaliação, a gestão, a administração e a internalização da educação ambiental no governo e na sociedade, por meio da construção e da apropriação do Programa Nacional de Educação Ambiental.

Atua também na perspectiva do fortalecimento de coletivos e colegiados que sejam espaços de interlocução e tomada de decisão e de canais de articulação internacional que viabilizam ações conjuntas de educação ambiental.

b) Formação de Educadores Ambientais

Essa linha de ação consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações das instituições que atuem com atividades ambientais de caráter pedagógico.

Para tanto, incentiva processos educativos que contemplem a compreensão cognitiva e afetiva da complexidade ambiental, contextualizada na dinâmica socioeconômica, cultural e política brasileira e mundial, possibilitando uma transformação ética da ação individual e coletiva, fortalecendo instituições para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora e estimulando a potência de ação nos diversificados atores e grupos sociais.

c) Comunicação para Educação Ambiental

Com a comunicação, o Departamento busca dar visibilidade pública à temática da sustentabilidade, contribuindo para a educação ambiental do público em geral e subsidiando a sociedade, o poder público e os educadores ambientais para o desenvolvimento de programas e projetos.

A comunicação atua por meio de produção, gestão, disponibilização e veiculação de informações no campo da educação ambiental, de forma interativa e dinâmica, estimulando a participação e o controle social.

O Departamento de Educação Ambiental desenvolve as três linhas de ação e busca integrar, segundo declarado no programa de suas ações, as Secretarias do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas e o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O Departamento é responsável pela gestão da Política Nacional de Educação Ambiental e pela implantação do ProNEA alinhado com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério de Educação, para alcançar esse objetivo utiliza como estratégia de ação o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SibeA) desenvolvido em parceria entre o governo e a sociedade. É nesse contexto de formação de novas parceiras que o Departamento de Educação Ambiental desenvolve várias ações com objetivo de estimular a ampliação e o aprofundamento da educação ambiental nos municípios e setores do país.

Conclusão

Foi possível alcançar até aqui algumas constatações que percorremos a partir do início da análise dos documentos que dão sustentação à legitimação das políticas públicas em Educação Ambiental no Brasil, como o PRONEA e que nos direcionam, mas não definem ainda, por se tratar do início de uma pesquisa em desenvolvimento como destacado anteriormente, para comprovar nossas hipóteses de pesquisa. A principal questão trata (1) compreender em qual medida o conceito de Educomunicação socioambiental está incorporado às diretrizes do PRONEA no Ministério do Meio Ambiente, e (2) se este conceito permanece

válido e efetivo como orientador de ações e projetos de Educação Ambiental no âmbito das políticas públicas. Percorremos um caminho a partir da Rio 92, passando pela regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental de 2002, chegando finalmente ao Programa Nacional de Educação Ambiental. É possível verificar que o conceito da Educomunicação Socioambiental manteve-se legitimado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente ainda hoje, constituindo e direcionando ações em comunicação e educação nas esferas federal, estadual e municipal.

Referências

BRASIL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto – SEF. 1997.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992. Agenda 21: resumo. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil - São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 1993.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

GUATTARI, Felix. As três ecologias. 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues, P. P. (Coord.) Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MORIN, Edgar. Ensinar a Viver: Manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira, Educomunicação: o Conceito, o Profissional, a Aplicação. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

_____. Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. A Formação do Educomunicador: 15 anos na busca de uma mais profunda relação entre o profissional da comunicação/educação e o mundo das crianças e dos adolescentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2007.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental como política pública. In: Ministério do Meio Ambiente: Rachel Trajber, Patrícia Mendonça. Ministério da Educação e Cultura. Brasília. 2005.

SITES

Departamento de Comunicações e Artes. Disponível em: www.cca.eca.usp.br. Acesso em: 09 de março de 2018, 15:45.

Licenciatura em Educomunicação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cca.eca.usp.br/educom>. Acesso em 18 de junho de 2017, 13:00.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 18 de junho de 2017, 13:00.

UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em: 10 de junho de 2018, 15:00.

Sobre a autora

Patricia Zimmermann - Mestranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, Especialista em Comunicação Empresarial pela UNIVALI, com Formação para o Magistério Superior. Graduada em Gestão de Eventos pelo Instituto de Ensino Superior de Joinville; Designer de Interiores é Técnica em História da Arte pela Fundação Cultural de Joinville; Organizou eventos de grande porte em educação, cultura e esporte, sendo responsável pela captação de recursos, coordenação executiva e logística. Editora da revista Golf & Lazer. Participou da criação e implementação do Sistema Municipal de cultura de Joinville como Conselheira nas áreas de: Formação e Comunicação em Cultura. Produtora cultural de Teatro e Educomunicadora, coordenou o Projeto Educom Joinville 2012/2016. Pesquisadora, ministra cursos e palestras sobre Educomunicação. Integra o NCE/USP, a ABERJE e é sócia da ABPEDUCOM. Contato: patriciaz@usp.br